

**A LUTA DE CLASSES E A PRODUÇÃO DO SER SOCIAL: AS LUTAS SOCIAIS COMO
TRABALHO SOCIALMENTE NECESSÁRIO**

**LA LUCHA DE CLASES Y LA PRODUCCIÓN DEL SER SOCIAL: LAS LUCHAS SOCIALES
COMO TRABAJO SOCIALMENTE NECESARIO**

**THE CLASS STRUGGLE AND THE SOCIAL BEING PRODUCTION: SOCIAL
STRUGGLES AS SOCIALLY NECESSARY WORK**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.53667>

Sandra Luciana Dalmagroⁱ

Giovanni Frizzoⁱⁱ

Resumo: O objetivo deste trabalho é compreender as lutas sociais como necessidade humana de produção do ser social. Através de uma reflexão exploratória e descritiva, argumentamos sobre a gênese do ser social que produz a vida através do trabalho e que a partir das contradições originadas na propriedade privada dos meios de produção, constituiu a divisão em classes sociais que se confrontam no antagonismo existente entre os interesses das classes em disputa. A partir desta base, argumentamos que o trabalho socialmente necessário e as organizações coletivas da luta social são interdependentes: é a organização coletiva que poderá eliminar com a apropriação privada do trabalho, ao tempo em que as lutas coletivas da classe se constituem em trabalho socialmente necessário.

Palavras chave: Trabalho. Trabalho Socialmente Necessário. Auto-organização. Formação Humana. Lutas Sociais.

Resumen: El objetivo de este trabajo es comprender las luchas sociales como necesidad humana de producción del ser social. Con una reflexión exploratoria y descriptiva, decimos sobre la génesis del ser social que produce vida a través del trabajo y que a partir de las contradicciones originadas en la propiedad privada de los medios de producción, se constituyó la división en clases sociales que se confrontan en el antagonismo existente entre los intereses de las clases en lucha. A partir de esta base, argumentamos que el trabajo socialmente necesario y las organizaciones colectivas de la lucha social son interdependientes: es la organización colectiva que podrá eliminar con la apropiación privada del trabajo, al mismo tiempo en que las luchas colectivas de la clase se constituye en trabajo socialmente necesario.

Palabras clave: Trabajo. Trabajo Socialmente Necesario. Auto organización. Formación Humana. Luchas Sociales.

Abstract: The objective of this study is to understand social struggles as a human need for the social being production. Through an exploratory and descriptive reflection, we discuss about the social being genesis which produces life through work and that, from the contradictions originated in the private ownership of the production means, generated into the social classes division which face each other in the existing antagonism among the interests of the competing classes. From this point, we argue that the socially necessary work and the social struggle collective organizations are interdependent: the collective organization is the one able to eliminate the working private appropriation, while the collective struggles of the class constitute in socially necessary work.

Keywords: Work. Socially Necessary Work. Self-organization. Human Formation. Social Struggles.

Introdução

O objetivo deste trabalho é compreender as lutas sociais como necessidade humana de produzir a existência enquanto ser social. Através de uma reflexão exploratória e descritiva, argumentamos sobre a

gênese do ser social que produz a vida através do trabalho e que, no processo de conformação da sociedade, a partir das contradições originadas na propriedade privada dos meios de produção constituiu a divisão em classes sociais que confrontam-se no antagonismo existente entre os interesses das classes em disputa. Esta é a primeira parte do artigo. Em um segundo momento abordamos o trabalho, as classes sociais, os processos de consciência e de produção do conhecimento como formação humana, sustentando, portanto, a educação, formação e consciência nas bases materiais, históricas. Por fim, na terceira parte, situamos o Trabalho Socialmente Necessário - TSN e a auto-organização, compreendendo que as lutas sociais se constituem como trabalho coletivo socialmente necessário.

Trabalho como atividade humana produtiva

Em linhas gerais, podemos dizer que os seres humanos são as formas com as quais produzem sua existência, enquanto ser genérico, através do trabalho que é a mediação do ser com a natureza. Em um determinado período do desenvolvimento da humanidade, o ser humano (ou o que viria a tornar-se tal) confrontou-se com situações em que sua sobrevivência só seria possível com o desenvolvimento de capacidades que ainda não haviam se desenvolvido. A partir da necessidade de sobrevivência é que antepassados do ser humano (hominídeos) modificaram sua relação com a natureza, estabelecendo não mais uma relação de adaptação pura e simples às condições as quais se apresentavam pelo desenvolvimento da própria natureza, mas sim, uma relação que dependeria da transformação desta para atender as suas necessidades, primeiramente imediatas de sobrevivência e, posteriormente, com o desenvolvimento das civilizações humanas, as necessidades criadas pelas novas formas de produção e reprodução da vida.

Esta transformação é a atividade produtiva essencial da existência da humanidade, ou seja, o trabalho. Como afirmou Marx (2017, p. 65-66): “o trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana”.

Portanto, foi através do trabalho que o ser humano garantiu suas condições de manutenção da vida transformando a natureza. Este processo só foi possível com o desenvolvimento de estágios cognitivos superiores, o que não ocorre em outras espécies animais. Decorrem deste processo estabelecido de transformação da natureza o desenvolvimento das forças produtivas que vão sofrer diversas alterações de acordo com o modelo de produção existente em cada período da história.

Além do intercâmbio com a natureza, o trabalho também é responsável por estabelecer as relações entre os próprios seres humanos. Surgiram desse processo, as relações sociais e constituição das primeiras civilizações ou sociedades que, por sua vez, vieram a originar as relações de produção que constituem o mundo do trabalho. Porém, se o trabalho significa a objetivação da vida genérica do ser humano, ou seja, o caráter ontológico de sua existência, com o surgimento da propriedade privada dos

meios de produção (incluindo o próprio trabalho) a objetivação da vida humana tornou-se estranhada e explorada nas mais diversas formas dos modos de produção baseados na propriedade privada.

É com o advento da propriedade privada que a divisão em classes sociais vai se estabelecer e esta divisão se dará entre proprietários e não-proprietários. Essa divisão vai se configurando em diferentes modos de produção hegemônicos que a humanidade experimentou: escravista, feudal e capitalista. Todas essas sociedades baseavam-se na propriedade privada e constituíam os seus Estados para perpetuar a dominação de uma classe sobre outra, mesmo sendo a classe dominante uma pequena parcela da população existente. Essa divisão coloca em polos antagônicos as classes sociais, portanto, em luta. Não se trata de lutas apenas por poder, mas por sua própria condição de existência na medida em que as determinações para o desenvolvimento da classe dominante e dominada são inversamente proporcionais. Para ampliar sua dominação, a classe dominante necessita explorar a classe dominada que, por sua vez, luta contra a exploração para ampliar as suas próprias condições de vida. Portanto, a luta de classes é motor da história como afirmou Marx e Engels (2009) no Manifesto do Partido Comunista de 1848.

Para entender como os diferentes seres humanos se relacionam entre si no processo de trabalho, precisamos analisar as relações de produção dentro das quais esse processo ocorre. No processo de trabalho capitalista os meios de produção são comprados no mercado, o mesmo acontecendo com a força de trabalho, onde o capitalista consome esta força de trabalho adquirida fazendo com que os trabalhadores e trabalhadoras consumam os meios de produção para produzir as mercadorias. Os produtos resultantes são propriedade do dono dos meios de produção e não de quem os produz imediatamente, ou seja, a classe trabalhadora.

Pode-se dizer que para os economistas clássicos ingleses do século XVIII a relação do ser humano com o objeto de trabalho era uma relação de transformação do objeto pelo sujeito, sendo que este não se modificava pelo trabalho. Marx, contudo, mostrou que o processo de trabalho transforma dialeticamente não apenas o objeto, mas também o trabalhador e a trabalhadora, assim como suas condições de trabalho. Trabalho, portanto, não é simplesmente transformar um objeto em alguma outra coisa ou em outro objeto, é envolver-se numa práxis em que o ser humano também se transforma por seu trabalho, sua atividade humana produtiva.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2017, p. 211).

O trabalho é a atividade produtiva vital do ser humano, a manifestação de sua própria vida e, nas sociedades divididas em classe, o trabalhador necessita vender essa atividade a outra pessoa para conseguir os meios necessários à sua sobrevivência. Assim, sua atividade é para si apenas um meio que lhe permite existir, não considera nem mesmo o trabalho como parte de sua vida, é antes o sacrifício de sua vida. É uma mercadoria que vende a outra pessoa. Como afirmou Marx:

o que o operário produz para si próprio não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si próprio é o salário; e a seda, o ouro e o palácio reduzem-se, para ele, a uma determinada quantidade de meios de subsistência, talvez a uma roupa de algodão, a umas moedas, a um quarto num porão (MARX, (2010, p. 36).

Segundo Mészáros (2006), a atividade produtiva na forma dominada pelo isolamento capitalista não pode realizar adequadamente a função de mediação entre o ser humano e a natureza, porque reifica o ser humano e suas relações e o reduz ao estado da natureza animal. Em lugar da consciência do ser genérico, encontramos o culto da privacidade e uma idealização do indivíduo abstrato. A atividade produtiva é, então, atividade alienada quando se afasta da sua função apropriada de mediar humanamente a relação sujeito-objeto entre ser humano e natureza, e tende, em vez disso, a levar o indivíduo isolado e reificado a ser reabsorvido pela natureza.

A atividade produtiva – trabalho - é também a fonte da consciência, e a consciência alienada é o reflexo da atividade alienada, ou seja, da auto-alienação do trabalho capitalista. Como resultado da alienação do trabalho, o corpo inorgânico do ser humano aparece como meramente externo a ele mesmo e, portanto, transformado em uma mercadoria. Tudo é reificado e as relações ontológicas fundamentais são viradas de “cabeça para baixo”. O indivíduo é confrontado com meros objetos (coisas, mercadorias), uma vez que seu corpo inorgânico – natureza trabalhada e capacidade produtiva externalizada - foi dele alienado.

O conceito de alienação em Marx tem quatro aspectos principais, quais sejam: a) o ser humano alienado em relação à natureza; b) alienado de si mesmo (da sua própria atividade humana produtiva: o trabalho); c) de seu ser genérico (seu ser como membro da espécie humana); d) o ser humano alienado de demais seres humanosⁱⁱⁱ.

O primeiro aspecto diz respeito à relação do ser humano com o produto de seu trabalho que é, ao mesmo tempo, sua relação com o mundo sensível exterior, com os objetos da natureza. Na forma capitalista do trabalho, a atividade humana produtiva da sua existência é transformada em mercadoria - força de trabalho -, portanto a mediação entre o ser humano e a natureza ao invés de realizar a humanização do ser, ela é vendida como coisa. Assim, aquilo que produz em seu próprio trabalho não pertence a quem o produz, portanto aliena o produtor imediato em relação ao produto de seu próprio trabalho.

O segundo aspecto é a expressão da relação do trabalho com o ato de produção no interior do processo, ou seja, a relação do ser humano com sua própria atividade como uma algo alheio que não lhe oferece satisfação em si e por si mesma, mas apenas no fato de vendê-la a outro. O processo de trabalho representa para o ser humano que o realiza a venda de parte de sua vida em troca de um salário. Quem trabalha vende horas de seu dia para ser explorado por quem a compra e, assim, este que a compra detém o poder sobre o processo e o produto do trabalho. É interessante pensar que o processo de trabalho, transformado em horas vendidas para quem compra, faz com que parte significativa da vida do indivíduo não o pertença. Para exemplificar: partindo da legislação trabalhista que pressupõe uma jornada de

trabalho de 8h diárias, praticamente um terço do dia de quem trabalha é vendido para o capitalista que a compra. Se vende um terço de sua própria vida.

A terceira característica está relacionada com a concepção segundo a qual o objeto do trabalho é a objetivização da vida da espécie humana. O trabalho alienado faz do ser genérico um ser estranho a ele mesmo, um meio da sua existência individual. Estranha do ser humano o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como sua consciência. Pois o caráter histórico do trabalho capitalista universaliza esta forma particular de produzir a existência como única e verdadeira forma de existir. Assim, o ser genérico não se encontra no ser real individualizado pelas relações entre coisas, própria das relações de mercado em que os sujeitos barganham por condições de vida.

A quarta característica está relacionada com esta última, porém, ao formular a terceira característica, Marx levou em conta os efeitos da alienação do trabalho com respeito à relação do ser humano com a humanidade em geral (alienação da condição humana), assim ele as está considerando tendo em vista a relação do ser humano com as outras pessoas. Ao não se reconhecer como ser genérico e criador da humanidade enquanto ser social e coletivo, o indivíduo se isola, se atomiza, em si e estabelece relações com demais indivíduos através da concorrência própria da centralidade do mercado na produção da vida. Na lógica do mercado e da concorrência, as relações entre os sujeitos se dão na competição, no enfrentamento a cada pessoa como única forma capaz de produzir um espectro de futuro. E este aspecto faz com esta quarta característica da alienação seja do indivíduo consigo mesmo, não se reconhece como ser na relação com a genericidade e, com isso, não se compreende para além de uma “coisa”, de uma mercadoria que o subsume e o define.

Um primeiro sentido dessa análise se encontra na divisão social do trabalho, na apropriação privada dos meios de produção e no surgimento da organização da sociedade dividida em classes. As condições criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada introduziram um estranhamento entre o ser humano e o trabalho, na medida em que o produto do trabalho, antes mesmo de se realizar, pertence ao capitalista e não a quem o produz imediatamente. Por isso, “em vez de o trabalhador realizar-se no seu trabalho, o ser humano se aliena nele; em lugar de reconhecer-se em suas próprias criações, o ser humano se sente ameaçado por elas; em lugar de libertar-se, acaba enrolado em novas opressões” (KONDER, 1981, p. 29). Se no passado, tal como na transição do feudalismo para o capitalismo, as relações sociais impulsionadas pela propriedade privada puderam forjar um papel revolucionário, hoje esta mesma relação de propriedade privada é o principal entrave ao desenvolvimento emancipador do ser humano.

A categoria ontológica do marxismo permite entender que, ao realizar o trabalho, o ser humano altera a relação com a natureza e adentra naquilo especificamente humano. Visto assim, o trabalho é produto da atividade do ser humano e ao mesmo tempo produtor do ser, da cultura e da civilização da humanidade. Trabalhar, então, tem o significado de garantir as condições objetivas e subjetivas para a manutenção e o desenvolvimento da existência do próprio ser humano. O trabalho, portanto, é a categoria central de análise da materialidade histórica da humanidade, porque é a forma mais elaborada e mais objetiva que os seres humanos desenvolveram para se organizar em sociedade.

Ocorre que, no sistema do capital, o trabalho (atividade produtiva vital) é expropriado (comprado por um preço sempre menor do que produz), definindo, assim, um processo de alienação (expropriação da atividade essencial em sua plenitude). Se o trabalho, como atividade essencial e vital traz a possibilidade de realização plena do ser humano enquanto tal (humanização), a exploração do trabalho determina um processo inverso, de alienação e estranhamento. Sob a exploração do trabalho, o ser humano torna-se *menos* humano, há uma quebra na possibilidade de promover a sua humanização.

Essa conversão da força de trabalho em capital, na forma do assalariamento é elevada a um grau de universalidade incontestável, é mais do que a simples aceitação de uma imposição externa, configura a subsunção do trabalho ao capital (MARX, 2017). Não significa apenas uma relação de subordinação do trabalho, mas também uma relação de dependência do ser humano ao capital devido às suas necessidades de subsistência. Esse tipo de relação se diferencia de modelos de produção anteriores, como no modo de produção feudal por exemplo, onde o ser humano era subjugado por outro ser humano por poder político ou por tirania, já o capitalista subjugava o trabalhador e a trabalhadora ao utilizar o produto de sua força de trabalho – seus meios de produção e de subsistência – para confrontá-lo.

No período pré-capitalista ainda baseado na manufatura, embrião da passagem à grande indústria ou da maquinaria, o objeto a ser produzido pelo ser humano com a utilização de ferramentas ainda possibilitava a força de trabalho como agente da produção, pois a força de trabalho colocava em movimento os meios de produção – objeto e instrumentos – agregando valor à mercadoria.

Ainda assim, estamos falando da subsunção formal do trabalho ao capital. Um processo complementar deste e que aprofunda o entendimento das relações produtivas no sistema do capital, se estabelece a partir da subsunção real do trabalho ao capital. Nesta, as forças produtivas são estranhas ao ser humano, ou seja, as relações de produção não mais dependem dele e o confrontam como coisa, mesmo sendo produto de seu próprio trabalho.

No período eminentemente capitalista, período do desenvolvimento da grande indústria, o agente da produção não é mais o ser humano e sim a maquinaria. Dessa forma, a força de trabalho é mediação na produção, ou seja, não é mais o ser humano que coloca em movimento os meios de produção, é a máquina que transforma o objeto. Quando a subsunção se torna real e o modo de produção torna-se especificamente capitalista com o desenvolvimento da grande indústria, a produção imediata é executada pela maquinaria – trabalho morto -, não mais pela trabalhadora e pelo trabalhador – trabalho vivo. Não é mais a máquina e os instrumentos de trabalho que se adaptam ao ser humano, é o ser humano que se adapta aos meios de produção. Nesse ponto, Hobsbawm (2008, p. 98) conclui que “a grande novidade é que, de todos os fatores de produção, os seres humanos são cada vez mais desnecessários. Os seres humanos não foram criados para o capitalismo”.

Processos de consciência na formação humana

Ao apontar o trabalho enquanto categoria fundante do ser social e de sua centralidade no desenvolvimento da sociedade, onde os diferentes modos de produção até então experimentados pela

humanidade estabelecem as bases para a reprodução de sua forma de organização, buscamos entender os fundamentos da formação humana e como esta se manifesta no atual período histórico. Nosso ponto de partida é o trabalho compreendido como mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana. A dimensão ontológica de auto mediação do trabalho é, assim, o ponto de partida para a produção da consciência, do conhecimento e de cultura pela humanidade.

Compreendemos a educação a partir do conceito de formação humana atrelada à omnilateralidade, esta entendida como o desenvolvimento da totalidade das capacidades produzidas historicamente pela humanidade e que são a base para o desenvolvimento de novas capacidades de produção do próprio ser humano, em um processo que não se finda, onde a chegada da formação é ponto de partida para uma nova etapa. Esta perspectiva se diferencia da concepção de educação capitalista em dois sentidos: primeiro, porque se coloca em oposição à perspectiva unilateral da formação, que tem sido a base da formação na forma escolar atual, envidando esforços somente na perspectiva da formação para o mercado de trabalho, e; segundo, porque tem na coletividade e nas relações sociais estabelecidas entre os seres humanos as suas bases, diferenciando-se assim da exacerbação do individualismo presente na sociedade burguesa e na forma escolar capitalista.

Ou ainda, como aponta Caldart:

A palavra “omnilateral” indica a busca de um processo de formação humana ou de humanização integral, entendido como totalidade, que não é apenas a soma da atuação em diferentes dimensões, mas sim a articulação que visa coerência na atuação do ser humano no mundo. E, ainda que no formato da sociedade atual, a unilateralidade pareça cada vez mais o destino inevitável das gerações por ela educadas, nosso projeto de futuro nos impõe persistir em um trabalho educativo noutra direção (CALDART, 2010, p. 66).

Dentre os pressupostos ontológicos fundamentais dessa concepção de formação humana estão a concepção de ser humano, de história e de realidade. O ser humano, uma totalidade histórica concreta que se distingue dos demais animais e da natureza, é formado pelas relações sociais de trabalho (produção) que estabelece com demais seres humanos, é concebido como ser social e histórico que, embora condicionado por contextos econômicos, políticos e culturais, é seu criador e agente transformador. Na perspectiva dialética materialista, o conhecimento da realidade e a apropriação de elementos que possibilitem uma análise mais avançada do contexto, das dinâmicas sociais e a ação transformadora do ser humano se orientam para a obtenção de maiores níveis de liberdade, autonomia e emancipação através de permanentes lutas superadoras das contradições sociais.

Esta unidade dialética entre trabalho e educação pode ser caracterizada como o trabalho educativo que

é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2003, p. 13).

Desta questão, decorre a elaboração do princípio educativo do trabalho, onde Frigotto (2009) expõe que o trabalho como princípio educativo é, acima de tudo, um princípio ético-político que não pode ser confundido com técnicas didáticas ou metodológicas no processo de aprendizagem (o autor ressalta este aspecto pois é frequente reduzir o trabalho como princípio educativo à ideia didática ou pedagógica do “aprender fazendo”), sendo o trabalho, ao mesmo tempo, um dever e um direito: “dever por ser justo que todos colaborem na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à produção da vida humana. Um direito pois o ser humano é um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural transformando-a em bens necessários à sua produção e reprodução” (FRIGOTTO, 2009, p. 134). Perspectiva que se diferencia do trabalho na forma escolar capitalista orientado pelo princípio do trabalho assalariado, estranhado, explorado, desigual e desumanizante, cujos pilares para a formação do ser humano são o individualismo, a competição, o mercado de trabalho (estabelecimento de compra e venda de força de trabalho e exploração) e o tecnicismo.

Na produção dos meios para produzir a sua própria existência, condição especificamente humana para sua sobrevivência como espécie, a práxis enquanto atividade humana sensível concebida como atividade prático-crítica constitui o ser social. Estes elementos envolvem a vivência das relações existentes na base material de produção da vida, bem como a expressão no pensamento das representações que o sujeito faz de si e do mundo, na forma do conhecimento. Portanto, compreende-se que a atividade teórica enquanto produção do conhecimento é uma expressão da constituição do ser social, no sentido de que as representações ideais que o sujeito faz de si e do mundo são elaborações do pensamento e circunscrevem-se nos processos de consciência do sujeito e de sua classe.

A clássica formulação de Gramsci de que todo ser humano é intelectual ou filósofo, explicita o aspecto da produção do conhecimento (atividade intelectual) do sujeito.

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1982, p. 7-8).

Esta mesma atividade teórica - intelectual - não é, em si mesma, sempre crítica ou positiva, pois as representações ideais são atravessadas por diferentes formas de serem concebidas no pensamento. Há momentos e formas da produção do conhecimento que, atravessadas pelo antagonismo da luta de classes, são determinações que se expressam na consciência. A revolucionária passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista envolveu transformações nos mais diferentes aspectos da vida social; o Iluminismo francês, ou Século das Luzes (século XVIII), implementou seu projeto de dominação fundadas nos marcos da razão. Essa racionalidade elevou os patamares culturais e sociais que, embora formais e limitados, estabeleceram algum grau de avanço do modo de vida em relação ao antes experimentado no feudalismo, como o “desencarceramento” de trabalhadores e trabalhadoras da força do rei, da igreja e de senhores feudais. Porém, embora clamando por liberdade, “todos os esforços da

Filosofia das Luzes para racionalizar, isto é, para reconstruir segundo as leis da razão as relações sociais e individuais, apoiavam-se na propriedade privada dos meios de produção, que devia constituir a pedra angular da nova sociedade, fundada na razão” (TROTSKY, 2009, p. 32). Portanto, a partir da base das relações econômicas mercantis vai se desenvolver um modo de vida também mercantil, expandido o mercado como regulador de todos os aspectos da vida incluindo a família, a comunidade, a consciência etc.

Essa cisão entre a produção da existência material e a consciência é resultado da dominação de uma classe sobre outra, na qual as ideias dominantes são as ideias da classe dominante. Daí a necessidade de recuperar o vínculo entre formação humana e produção material da existência, quando a intencionalidade educativa é concebida na direção de novas relações sociais, vínculos com outras formas de produção, com o trabalho associado livre, socialmente necessário, com novos valores e compromissos políticos, com lutas sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesses processos.

A atividade teórica do sujeito concebida como atividade humana sensível tem papel fundamental nos processos de consciência. É a partir desta atividade teórica que o indivíduo atribui algum grau de coerência (ao menos julga ter) à sua vida cotidiana, mesmo que esta coerência se manifeste através de contradições entre o que pensa e o que vivencia. Isto é, em diferentes momentos, as ideias anteriormente concebidas já não correspondem mais às novas ideias elaboradas a partir da atividade humana sensível articulada à objetividade de sua vida.

A partir da luta entre classes antagônicas, se coloca em oposição as ideias da classe dominante e a forma objetiva do ser da classe dominada. Isto é, relações de poder e dominação de uma classe sobre outra vão constituir processos que visam a internalização dos preceitos burgueses para o conjunto da classe trabalhadora. Esta internalização não é imediata e absorvida como a verdade absoluta, mas atravessada por diferentes aspectos do ser da classe. As lutas de resistência, as individualidades isoladas, as manifestações de coletivos e outras determinações são fundamentais para compreender que as ideias da classe dominante são lastreadas pela forma como sujeitos, coletivos e classe assumem ou confrontam tal ideologia. Como demonstra Leontiev (1973) a consciência nunca é apenas consciência individual, a consciência é sempre coletiva, relacional e sempre articulada à base material, ao tempo histórico, ao modo de produção e à classe social.

É imperativo compreender o movimento como elemento fundamental dos processos de consciência. Esse movimento é propriedade de todos os fenômenos materiais e transforma não apenas a realidade concreta, mas também a representação desta mesma realidade - a consciência, portanto. Se a consciência imediata de sujeitos é a alienação, o movimento da classe em confronto e luta contra a classe dominante, estabelece processos que podem avançar a consciência de uma classe na medida em que se reconhece como integrante de uma classe na qual já pertence objetivamente, mas se separa na subjetividade alienada.

A recuperação desse vínculo, cindido pela divisão em classe sociais, envolve necessariamente a organização de lutas sociais coletivas que a humanidade tem desenvolvido ao longo da história. E tais lutas sociais são necessárias para a produção da existência humana, portanto é trabalho socialmente necessário

ao compreendermos que vida e trabalho se constituem como identidade na produção e reprodução da existência humana.

Trabalho socialmente necessário e organização coletiva: a humanidade auto emancipada

No centro da discussão sobre a centralidade do trabalho na ontologia de Marx, assim como nos estudos sobre a essência do trabalho na conformação da sociedade capitalista, encontra-se a categoria do Trabalho Socialmente Necessário - TSN, a qual diz respeito à relação entre as forças sociais produtivas e o processo de trabalho. Categoria fundamental para compreender a sistematização das forças produtivas sem perder de vista o aspecto social do trabalho, esta foi desenvolvida por Marx para caracterizar o tempo necessário para a produção de valores de uso numa determinada sociedade, manifestando sua funcionalidade orgânica social. Partindo do processo produtivo e com o objetivo de caracterizar o papel do trabalho no processo de criação e apropriação do valor, Marx concentra nesta categoria a relação direta entre o trabalho e a conformação da sociedade, mas não uma sociedade qualquer.

Assim como não é possível dissociar a análise de Marx à crítica da sociedade capitalista, não há como abordar a questão do TSN sem mencionar seu papel na formação histórica das forças produtivas de um determinado tipo. Esta categoria diz respeito a uma força de trabalho social média para a produção de uma determinada mercadoria em um modelo produtivo historicamente colocado. Mais especificamente, Marx (2017) define o TSN como o *quantum* de trabalho requerido para a produção de qualquer valor de uso nas condições gerais e socialmente regulares, considerado o grau médio de habilidade e intensidade do trabalho necessário para tal.

Cabe destacar que a síntese dessa categoria se embasa numa reflexão sobre a relação entre o trabalho e valor na sociedade capitalista e por isso não pode ser compreendida sem os aspectos essenciais do trabalho. A relação social que se manifesta na categoria do TSN, na crítica da economia política de Marx, diz respeito à base essencial e filosófica do trabalho, dentre os quais se destacam o aspecto concreto e o aspecto abstrato. Estes dois aspectos revelam uma dupla natureza do trabalho que também se manifesta na mercadoria, cuja forma no modo de produção capitalista se transmite em seu valor de uso e de troca (MARX, 2017).

No livro primeiro d'O Capital, Marx (2017, p. 117) define o TSN como tempo de trabalho “requerido para produzir qualquer valor de uso sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”. Está explícito que o TSN diz respeito a um momento da produção e Marx o utiliza para construir a antítese do trabalho excedente, contrapondo-o à forma espoliada do trabalho contida no capital. O TSN tem sua grandeza diretamente relacionada ao nível de desenvolvimento das forças produtivas que compreende a totalidade dos elementos produtivos, sejam humanos ou materiais (RUBIN, 1987).

Assim, de acordo com Ferreira (2022), por mais que Marx utilize a categoria do TSN aplicada necessariamente ao processo de produção, esta se relaciona à forma como os indivíduos produzem sua existência coletiva, o que reflete exatamente o aspecto social do trabalho socialmente produtivo. Sendo

assim, mesmo o aspecto produtivo do trabalho não se restringe ao caráter técnico do processo de produção, manifestando-se na própria existência humana e dele sendo parte (MARX, 2019, p.5). A partir disso, corroboramos com Ferreira (2022) para quem a categoria TSN não deixa de conter em si dois traços principais: a essência social do trabalho e a antítese do trabalho excedente que permite a reprodução da lógica capitalista. É importante acrescentar que o TSN modifica sua magnitude conforme os distintos graus de produtividade médios em uma sociedade, uma vez que este se articula às mudanças históricas no modo de produção.

Pistrak e Shulgin, destacados educadores da Revolução Russa, ao tomarem por base a teoria marxista, destacam a centralidade do TSN e da organização coletiva para edificar o socialismo e um projeto educacional coerente com este colossal empreendimento. Como a reflexão de ambos se articula à construção da Escola Única do Trabalho, ou à Escola do Trabalho no período soviético, nesta parte do texto nossa reflexão se aproxima mais da escola. Mas na formulação soviética a escola não está isolada da vida, antes de trata de aproximá-las para que ambas se fertilizem. As categorias fundamentais da pedagogia soviética são o trabalho, a auto-organização e a atualidade.

Para Shulgin (2021) o trabalho é melhor forma de introduzir as crianças no ambiente laboral e de liga-las à classe trabalhadora de forma a compreendê-la, viver sua ideologia, aprender a lutar e construir. É pelo trabalho que a criança é introduzida na “família trabalhadora mundial” de modo a “seguir a história do desenvolvimento da sociedade humana, obter hábitos coletivos de organização e trabalho” (SHULGIN, 2021, p. 125). Se o trabalho é o fundamento da vida, deve ser também o fundamento da educação, sendo “a melhor maneira de ensinar os estudantes a viver na atualidade” (idem). De forma que as categorias acima referidas, trabalho, auto-organização e atualidade “fundem-se em uma unidade indivisível” (SHULGIN, 2021, p. 125), conforme anteriormente mencionamos a perspectiva do trabalho como princípio educativo.

O trabalho, situado em um contexto em que os esforços se voltam para que o trabalho passe a ser autogerido pelos trabalhadores e trabalhadoras e voltado aos interesses coletivos, adquire características essenciais do TSN. Este emerge da totalidade produtiva social, a produção dos bens necessários à coletividade, enfatizando o aspecto socializante e pedagógico do trabalho. Para Shulgin, o TSN refere-se “aquele tipo de trabalho que produz algum resultado que é plenamente real, inteiramente concreto, por um lado, por outro, é o tipo de trabalho que tem valor pedagógico” (SHULGIN 2013, p. 89).

Por trabalho social, vamos entender o trabalho de organização da escola ou do destacamento dos pioneiros, orientado para a melhoria da economia e da vida, para elevar o nível cultural do meio, trabalho que dá determinados resultados positivos. [...] Em segundo, é o trabalho pedagogicamente valioso; em terceiro, o que está incluído no segundo ponto, mas no qual o insistem os camaradas e que realmente é necessário enfatizar: é aquele trabalho que está em conformidade com as forças dos adolescentes e com as particularidades de sua idade (SHULGIN, 2013, p.90).

TSN nada tem a ver, portanto, com a apologia ao dispêndio da força humana de trabalho, no sentido de que todo o trabalho é educativo ou de um amor incondicional ao trabalho ou ainda da negação do desenvolvimento das forças produtivas. Pistrak e Shulgin, coerentes com a teoria marxista, são

explícitos em confrontar estas perspectivas e revelam plena ciência dos desafios de uma revolução produtiva socialista na Rússia, assolada pelo secular atraso feudal. Somam-se aos esforços para o desenvolvimento científico e tecnológico e sua aplicação nos processos de produção, superando as formas arcaicas e penosas do trabalho.

TSN é, portanto, aquele que necessita ser realizado socialmente e que está na dependência das forças produtivas em cada momento histórico. Ele precisa estar em sintonia com a força e o desenvolvimento dos estudantes, no caso da escola, e em articulação com os objetivos de ensino e o conjunto das atividades escolares. Aqui destacamos esta diferenciação fundamental na concepção de TSN que abordamos como referência, pois esta se difere do chamado “tempo (*quantum*) de trabalho socialmente necessário” para a produção de mercadorias na sociedade capitalista (cuja determinação é posta por quem se apropria do produto do trabalho) e do TSN enquanto trabalho socialmente útil e que determina as relações sociais dos seres humanos (PISTRAK, 2018).

O trabalho está na base do estudo, da auto-organização e da formação do caráter, do pertencimento à classe trabalhadora. O TSN é indissociável da coletividade, isto é, da construção de uma perspectiva comum, coletiva, autogerida e auto-organizada do trabalho e da vida social. A auto-organização não ocorre no vazio, abstratamente. Ela se desenvolve nas bases reais, concretas, objetivas, com as quais mulheres homens e também as novas gerações se deparam. Para Freitas (2021), a auto-organização comporta dimensões pessoais e coletivas, é “uma forma de preparação para a vida socialista”. Para este autor, com base em Shulgín (2013 e 2021) o TSN é “uma forma de mediação” entre a escola e a vida e, dizemos nós, ele é meio para a auto-organização no sentido de que o TSN é base concreta sobre a qual a auto-organização pode ser construída. Não é possível a auto-organização sob a acumulação privada do trabalho excedente e nem tampouco em face da exclusão dos trabalhadores dos processos decisórios quanto ao que, para que e como produzir. Mas a auto-organização também pode ser compreendida como mediação para o TSN, pois chegar a este pressupõe luta e organização coletiva para superar a forma burguesa de produção. Compreendemos, portanto, que o TSN, a auto-organização e a atualidade são categorias de um mesmo todo, de um mesmo projeto social e é impossível atingir a realização de uma delas sem as demais. São articuladas ou melhor, são mutuamente necessárias, indissociáveis.

Pistrak (2018, p. 252) entende que a auto-organização é um dos objetivos essenciais do socialismo russo e que “a participação na construção da escola é, ao mesmo tempo, participação na construção do Estado soviético”. Este teve como característica distintiva, pelo menos nos primeiros anos da Revolução, o envolvimento ativo dos trabalhadores na construção do Estado, sua participação direta. Pistrak considera que a auto-organização só é possível mediante a existência de um coletivo, o qual “tem características não inerentes aos indivíduos. A quantidade se transforma em qualidade” (PISTRAK, 2018, p. 228). A coletividade é compreendida como um organismo vivo, que se cultiva, se desenvolve e é a maior conquista na construção da escola socialista, assim como a formação da personalidade. “A escola deve não somente ensinar, mas também descobrir os interesses das crianças, organizá-los, ampliá-los, formulá-los e torná-los sociais” (PISTRAK, 2018, p. 229).

Assim como Pistrak e Shulgin, Makarenko foi um educador ucraniano que se dedicou a construir a escola como uma coletividade infantil e juvenil. A coletividade, na perspectiva soviética é um sistema de relações complexas, de formação integral e um meio de educação da personalidade. Makarenko (1982) a considerava o aspecto decisivo na formação geral e afirmava que a organização da coletividade escolar se assemelha a da sociedade socialista. Podemos compreender a coletividade como “um grupo de trabalhadores livres, unidos por objetivos e ações comuns, organizado e dotado de órgãos de direção, de disciplina e responsabilidade. A coletividade é um organismo social em uma sociedade saudável” (MAKARENKO, 1977, p. 6).

No concebamos a nuestro educando como material de amaestramento, sino como miembro de nuestra sociedad, elemento activo, creador de valores sociales. La colectividad de nuestros educandos no es una simple reunión de jóvenes, sino, ante todo, una célula de la sociedad socialista con todas las peculiaridades, derechos y deberes de cualquiera otra colectividad del País Soviético (MAKARENKO, 1977, p. 64).

Makarenko explica que a coletividade não se define pela união simples e nem mesmo pela unidade de interesses e objetivos. Não se resume tão somente à adesão voluntária de seus membros. A coletividade pressupõe a ausência da opressão de classe e o critério decisivo que a define é sua “utilidade social” (MAKARENKO, 1977, p. 64). Vemos aí na “utilidade social” um elemento decisivo para conceituar a coletividade, esta não é a junção de pessoas e nem a união destas ainda que por objetivos comuns, mas limitados a seus próprios interesses. A coletividade se distingue por seu interesse social, ou seja, os objetivos da união de um determinado grupo consideram o bem comum para além dos sujeitos que fazem parte deste grupo, mas dirige-se à classe e mesmo a toda humanidade em um contexto de superação do antagonismo de classe.

Vemos, portanto, que a utilidade social, ou seja, suprir as necessidades coletivas historicamente colocadas é elemento distintivo das categorias TSN e auto-organização, é um ponto comum e decisivo na caracterização de ambos. A dimensão da coletividade humana, de seus interesses e necessidades comuns passa a ser o orientador da organização social, do trabalho e da formação humana, em oposição aos interesses privados que entram em contradição com os interesses coletivos. Importante salientar que a coletividade não elimina as especificidades como as das crianças, dos deficientes, das mulheres e uma infinidade de questões e particularidades que a vida humana coloca; estas são especificidades da coletividade, e constituem os interesses coletivos e não a interesses privados de classe.

Makarenko (1977) afirma ainda que a coletividade se configura como uma unidade social baseada em princípios socialistas, na qual o indivíduo se integra voluntariamente e as pessoas se unem em tarefas de evidente utilidade social. Dessa maneira, Makarenko (1977, p. 6) afirma que se pode compreender a coletividade como “um grupo de trabalhadores livres, unidos por objetivos e ações comuns, organizado e dotado de órgãos de direção, de disciplina e responsabilidade”.

O que é uma coletividade? Não é simplesmente um conjunto, um grupo de indivíduos que colaboram mutuamente. É um complexo de indivíduos animados de um fim determinado, que estão organizados e possuem organismos coletivos. E onde existe organização coletivista há organismos coletivos, uma organização de pessoas representantes, de apoderados dela, e o problema da relação entre camaradas já não

constitui uma questão de amizade, carinho ou vizinhança, mas um problema de dependência responsável. Mesmo quando os camaradas se encontram em condições análogas, alinham juntos, cumprindo funções aproximadamente iguais, não só une uma simples amizade, mas os laços da responsabilidade comum pelo trabalho, pela sua participação comum na ação da coletividade (MAKARENKO, 1982, p.140).

Para Makarenko (1977), a coletividade não pode ser considerada unicamente um conjunto de homens que mantinham contato. A coletividade deveria estar presente em qualquer agrupamento de pessoas que se baseassem nos princípios socialistas, ou seja, estes deveriam ter objetivos explícitos em relação à contribuição da construção da sociedade socialista e não só se basear em seus objetivos imediatos. A luta de uma categoria de trabalhadores e trabalhadoras não pode ser considerada fora do contexto da luta de classes. Se assim ela fosse considerada, não contribuiria efetivamente para a transformação social, portanto, não poderia ser entendida efetivamente como uma coletividade.

Dessa maneira, Makarenko (1982, p. 21) afirma que para educar o indivíduo era “preciso organizar a coletividade de tal forma que se eduquem qualidades reais e verdadeiras da personalidade e não qualidades imaginárias”. Na mesma obra (1982, p.15), reitera que “o decisivo na educação (na educação propriamente dita, sem me referir às questões da instrução) não é um método de um determinado professor, inclusive, de uma escola, mas a organização da escola como coletividade e a organização do processo educativo” (MAKARENKO, 1982, p. 15). Sendo assim, um elemento importante na construção de uma coletividade, afirma Makarenko, é a combinação entre as perspectivas pessoais e as da coletividade, pois “na coletividade cada um deve coordenar suas aspirações pessoais com os objetivos da coletividade em seu conjunto e do grupo no qual se desenvolve” (MAKARENKO, 1977, p. 6). Para o autor fora da coletividade não é possível formar uma personalidade com alto grau de consciência, sentido de responsabilidade perante a sociedade e elevadas qualidades morais. Desta forma as inter-relações entre a coletividade e o indivíduo constituem o principal problema da educação.

Neste enquadramento, a autogestão da coletividade ganha importância. Em sua construção Makarenko (1977) destaca como fundamental a organização de sua estrutura orgânica e das perspectivas futuras, de curto, médio e longo prazo. Ou seja, não é possível educar uma coletividade e, por consequência, a personalidade, se não estiver claro a organização da escola, da sociedade e os objetivos da educação que estas se propõem. Para tanto fazem-se necessários, conforme destaca Machado (2013) a criação de órgãos de autogestão, instrumentos de controle coletivos, a organização da vivência, do trabalho, do estudo e o desenvolvimento da cultura geral. Observamos o exercício destas questões nas lutas e organizações da classe trabalhadora. Nesse sentido, a educação tem a perspectiva da emancipação humana. O processo educativo precisa ser organizado em vista atender aos objetivos da educação propostos pela nova sociedade em construção. A escola como coletividade, dessa forma, deveria ser um espaço de experimentação de novas relações de poder, novos valores entre homens e mulheres, outra socialização, em sintonia com o esforço de transformação radical da vida social fora, fora da escola, a qual tem suas bases no trabalho.

Considerações finais

Neste artigo discutimos o trabalho no processo de construção do ser social, seu sentido ontológico. Assinalamos que, nas sociedades nas quais o trabalho e a vida social se dividem em classes e em especial no capitalismo, o ser humano se aliena material e idealmente, sua produção, consciência e educação não são autogeridas, as forças criadas pelo trabalho se voltam contra o trabalhador. As lutas de classe, em suas inúmeras manifestações na atualidade, ao estarem no centro das contradições sociais, possuem enorme potencial educativo na medida em que questionam as estruturas de exploração, subordinação e alienação que sustentam a sociedade burguesa. Neste contexto, as lutas de classe se constituem em trabalho socialmente necessário, em trabalho coletivo para a autoemancipação.

Trabalho socialmente necessário, coletividade e auto-organização só podem existir de forma plena em uma sociedade sem classes, mas disto não se conclui que não possuem atualidade. Ao contrário, são categorias que emergem da vida social e dos embates históricos da classe trabalhadora que orientam as lutas do presente. As contradições do capitalismo evidenciam a polarização entre o trabalho socialmente necessário e o trabalho excedente, entre a coletividade e os interesses particularistas, entre a auto-organização e a subordinação do trabalho ao capital. Trabalho socialmente necessário, coletividade e auto-organização são exercitados nas organizações coletivas e nas lutas da classe. Mas mais do que isto, as organizações coletivas dos trabalhadores em luta, elas próprias se constituem em trabalho socialmente necessário para a sobrevivência imediata e para a emancipação da humanidade da forma capital.

A situação atual comporta agudas contradições cada vez mais explosivas. São os limites postos à existência que empurram às lutas; são os limites e contradições para produção da vida que exigem a mudança das circunstâncias. Os antagonismos sociais geram interesses opostos. Projetos sociais distintos necessitam de projetos formativos diferentes. As classes em luta originam projetos sociais e educacionais antagônicos, ou ao menos diferentes. Eis a base material sobre a qual uma nova educação ou a consciência de classe se ancora: as lutas, a organização coletiva, a teoria revolucionária, a experiência de classe (THOMPSON, 1987).

As lutas sociais são, portanto, educativas ao questionarem as estruturas sociais por meio de suas ações, enfrentamentos, organização coletiva. As organizações da classe, ao colocarem as pessoas em movimento, em outras circunstâncias e relações, possibilitam alterar a direção da educação. Neste sentido parece correto pensar que quanto mais radical (no sentido de ir à raiz dos problemas sociais), quanto mais atinge as causas estruturais do sistema, e isto na prática social e não apenas no âmbito do discurso, maior o potencial de transformação radical da educação/formação humana.

A “educação virada para o futuro” (SUCHODOLSKI, 1976) não aceita o atual estado de coisas, ultrapassa o horizonte burguês. É somente através da participação na luta para criar um mundo humano que a geração jovem pode verdadeiramente se formar. É nesse quadro que a educação pode ajudar efetivamente na transformação do mundo. A vinculação da educação com a prática revolucionária é que resolve a questão do que deve mudar primeiro, se as circunstâncias ou os homens, nos ensina Marx e os educadores soviéticos. “Este é o caminho pela qual a educação pode ajudar realmente e não utopicamente a fazer o futuro” (SUCHODOLSKI, 1976, p. 178). A teoria de Marx da vinculação do ensino dos homens

que se transformam transformando as circunstâncias constitui-se um princípio diretivo fundamental e inesgotável.

A educação não é um processo individual, mas coletivo, e é na organização coletiva para superação da sociedade atual que pode emergir um novo sentido à educação e ao trabalho. A formação para uma nova sociedade só pode se dar na luta pela contestação do estabelecido, tendo por base as contradições sociais e a tentativa de construção de novas formas de vida social. A consciência de classe é produto das lutas da classe, portanto da prática social. A educação formal também pode contribuir neste processo quando ocupada e articulada às lutas. As lutas da classe trabalhadora educam para o novo na medida em que apontam concretamente para este novo. É a luta radical que permite abrir novos horizontes para o futuro da sociedade e também para a educação tendo por base novas relações de trabalho.

Referências:

CALDART, R. **Caminhos para Transformação da Escola:** reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERREIRA, P. T, G. **O Trabalho Socialmente Necessário de Marx a Pistrak:** considerações sobre a essência social do trabalho. Texto apresentado à disciplina Escola e Pedagogia Socialista. Florianópolis: UFSC, 2021. 14 pgs. Não publicado.

FREITAS, L. C. Apresentação da edição brasileira. In: SHULGIN, V. **Fundamento da Educação Social.** São Paulo: Expressão Popular, 2021.

FRIGOTTO, G. **Escola e trabalho numa perspectiva histórica:** contradições e controvérsias. SÍSIFO – Revista de Ciências da Educação. Lisboa: n.09, maio/agosto 2009.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª ed. 1982.

HOBBSAWM, E. **Mundos do Trabalho:** novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, 5ª ed.

KONDER, L. **O que é Dialética.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad.** Havana: Pueblo y educacion, 1983.

MACHADO, V. S. **Construção da Coletividade no Processo Educativo:** Turma Especial de Medicina Veterinária PRONERA/UFPEL. 2013. Orientação: Conceição Paludo. Dissertação: Mestrado em Educação, UFPEL, 2013.

MAKARENKO, A. S. **La colectividad y la educación de la personalidad.** Traduzido do Russo por Castul Pérez. Editorial Progreso: Moscú, 1977.

MAKARENKO, A. S. **Problemas da educação Escolar.** Moscou: Editorial Progreso, 1982.

MARX, K. **O Capital.** Livro 1- Crítica da economia política: o processo de produção do capital. 2ª ed. Boitempo Editorial, 2017.

MARX, K. **Trabalho Assalariado e Capital & salário, preço e lucro.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista,** 1848. Porto Alegre: L&PM, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Teoria da Alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

RUBIN, I. I. **A Teoria Marxista do Valor.** São Paulo: Polis, 1987. 293 p. (Coleção Teoria e História).

- PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Tradução de Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 8.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- SHULGIN, V. **Rumo ao politecnismo**. Tradução de Alexey Lazarev e Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SHULGIN, V. **Fundamento da Educação Social**. Tradução de Natalya Pavlova e Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- SUCHODOLSKI, B. **Teoria marxista da educação**. vol. 3. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.
- TROTSKY, L. **Questões do Modo de Vida**. A moral deles e a nossa. São Paulo: Editora Sundermann, 2009.

Notas

ⁱDoutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professora do Centro de Ciências da Educação – CED/UFSC e do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFSC. Núcleo de Estudos Sobre as Transformações do Mundo do Trabalho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1617630968658640. Email: sandra.dalmagro21@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9400207409329063>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9639-7070>.

ⁱⁱ Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas ESEF/UFPel e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPel – PPGEF/UFSC. Núcleo de Estudos Sobre as Transformações do Mundo do Trabalho: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1617630968658640. Email: gfrizzo2@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2344138672288053>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0025-9947>.

ⁱⁱⁱ Esta síntese do conceito de Alienação em Marx está sistematizada na obra “A teoria da Alienação em Marx” de István Mészáros (2006) que analisou esta questão nos “Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844” de Karl Marx.

Recebido em: 28 de mar. 2023

Aprovado em: 26 de dez. 2023